

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição de Móveis e Eletrônicos para atender às necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Hospital Municipal Raul Sertã

1.3. **Fundamentação Legal:** A presente aquisição se dará preferencialmente por meio de Pregão Eletrônico com base na Lei 10.520/2002 c/c 8.666/93 c/c Decreto Federal nº 1024/2019 e Decreto Municipal nº 599/2020, salvo nos casos em que o valor não ultrapassar o limite de R\$17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais) o que poderá ser dispensada a Licitação, com base no art. 24 da Lei 8.666/93, desde que não fracionado o elemento de despesa.

1.4. **Tipo:** Menor preço unitário, nos termos da Lei nº. 8.666/93.

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Unidade	Quant.
1	Geladeira/Refrigerador – Duplex, Capacidade de 280 a 290 litros; Voltagem: 220 volts; com congelador interno, 1 porta; Frost Free. Cor Branca, 220V. Garantia mínima de 12 meses.	Und.	01
2	Mesa para escritório - medindo 1,55 x 0,75 x 0,75 m com tampo em aglomerado de 25 mm de espessura, revestido em laminado melamínico plástico (fórmica), em ambas as partes, na cor ovo, acabamento com bordas arredondadas, tipo postforming, na cor ovo. Estrutura em tubo de aço, de seção retangular de 30 x 50 mm, pintado em epóxi preto - fosco pelo sistema eletrostático e curada em estufa. Fixação por meio de parafusos em bucha de aço com sapatas de nylon. Painel frontal longitudinal recuado, em aglomerado de 15 mm de espessura, revestido em laminado melamínico plástico, nas duas faces, na cor ovo, com acabamento tipo postforming, na cor ovo. Opcional: gaveteiro, direita ou	Und.	03

	esquerda, com 03 (três) gavetas, medindo 0,40 x 0,50 x 0,35 m, revestido em laminado melamínico plástico, na cor ovo, com acabamento tipo postforming, na cor ovo, com puxadores em prensa. Variação aceitável de até 5% (cinco por cento). Garantia mínima de 12 meses.		
--	--	--	--

2.2. O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Proposta de Aquisição de Equipamento Permanentes de nº. 11399.442000/1200-05, com recurso advindo de Emendas Parlamentares, conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de Móveis e Eletrônicos para o Hospital Municipal Raul Sertã justifica-se pela essencialidade de tais itens para a continuidade dos atendimentos prestados pelo nosocômio.

3.3. Os itens aqui solicitados viabiliza ampliar o atendimento de forma mais eficaz aos quadros clínicos complexos e muitas vezes de alta gravidade, ampliando a capacidade de atendimento aos pacientes da rede pública de saúde.

3.4. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da rede pública de saúde.

4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. A empresa vencedora deverá atender ordem de entrega expedida pelas Unidade.

4.2. Os itens deverão ser entregues de forma imediata, em parcela única, com prazo não superior a 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

4.3. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado do Hospital Municipal Raul Sertã, na Rua General Osório, nº. 324, Centro, Nova Friburgo/RJ, no horário de 09 h às 17h.

4.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à empresa vencedora efetuar a troca, no prazo máximo de 07 dias, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.

4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

5- CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A empresa vencedora deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal.

5.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

5.2.1. Fornecer Garantia Mínima de 12 meses de todos os itens.

5.2.2. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.



5.2.3. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;

5.2.4. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

5.2.5. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

5.2.6. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

5.2.7. Os equipamentos elétricos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

5.2.8. A entrega, o transporte, a descarga, colocação e a montagem dos móveis, caso entregues desmontados, serão por conta da empresa vencedora.

5.2.9. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção corretiva dos itens que apresentarem defeitos, durante a vigência da garantia.

5.2.10. Ademais, a empresa vencedora deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

5.2.11. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição no prazo máximo de 07 dias, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

5.3. A empresa vencedora deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.



5.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v ou Bivolt.

6- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da empresa vencedora ou seu representante, devida e comprovadamente autorizado.

6.2. Os bens serão recebidos:

6.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

6.2.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a montagem e comprovação de funcionamento do item.

6.3. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pelos fiscais designados neste Termo de Referência.

6.4. Os fiscais deverão, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

6.4.1. Os itens correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

6.4.2. Os itens estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.

6.4.3. Não existem partes dos itens e seus acessórios danificados.



6.5. Ao final deste período, os fiscais designados pela Contratante encaminhará relatório à empresa vencedora e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.

6.6. Caso os itens não estejam de acordo com as especificações propostas, a empresa vencedora deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 07 dias, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 6.7 deste documento.

6.7. Aprovados os equipamentos, os fiscais emitirão o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

6.8. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 6.7.

6.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

6.10. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, os fiscais, no prazo de 03 dias úteis, deverão comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

7 - DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

7.1. A empresa vencedora deverá fornecer garantia dos itens e seus acessórios pelo período mínimo de 12 meses, a contar da respectiva aceitação.

7.2. Será ainda a empresa vencedora responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

7.3. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela empresa vencedora.

8 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

8.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

9 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos e em conformidade com a Emenda Parlamentar 11399.442000/1200-06;

9.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52.12 (item 01)

9.1.2. Elemento de Despesa – 44.90.52.14 (item 02)

9.1.5. Fonte de Recurso – 1601 – SUS

9.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

9.2.1. Hospital Municipal Raul Sertão: 30001.1030200852.202

9.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

10 – DA LIQUIDAÇÃO

10.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

11 – DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018 e suas modificações definidas no decreto 313 de 10 de outubro de 2019, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

11.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

11.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

11.1.3. FGTS;

11.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;

11.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

11.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS



11.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

11.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

12 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

12.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

12.2. As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

12.3. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

12.4. A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do

respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

13 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. Caberá à Contratante:

13.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela empresa vencedora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

13.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

13.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

13.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da empresa vencedora, através de servidor especialmente designado;

13.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

13.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela empresa vencedora.

13.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela empresa vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da empresa vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14-DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

14.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

14.2. Efetuar a entrega e montagem, caso algum móvel seja entregue desmontado, em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscais citadas nos subitens 11.1.1 a 11.1.6;

14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

14.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

14.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

14.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência.

14.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir.

14.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

14.9. Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

14.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

15 - MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

16- DA SUBCONTRATAÇÃO

16.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

17-DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de

habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Referência e Edital, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

18- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

18.1. A empresa vencedora deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

19-DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

19.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução da entrega dos itens, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Eliana da Silva Gomes Curty – Mat. 062.435 – Fiscal Titular

Antonio Carlos Sant’ana – Mat. 207630 – Fiscal Substituto

19.3. O fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas após a entrega dos itens, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário a defeitos observados, notificando à empresa sobre essas ocorrências.

20 - DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

20.1. O presente documento foi elaborado pela servidora abaixo consoante requisição enviada pelo Requisitante, cabendo tão somente a subscritora a elaboração do presente Termo uma vez

que não possuem conhecimento técnico sobre a especificidade dos itens a serem adquiridos nos autos sendo tal ônus da Unidade Requisitante.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento, por parte da empresa vencedora, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

21.1 – Comete infração administrativa:

21.1.1 – Não aceitar/retirar a nota de empenho, quando convocado ou notificado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2 – Apresentar documentação falsa;

21.1.3 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5 – Não manter a proposta;

21.1.6 – Cometer fraude fiscal;

21.1.7 – comportar-se de modo inidôneo;

21.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.3 – O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

21.3.1 – Advertência;

21.3.2 - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.3.3 – impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

21.4 – As sanções de advertência, suspensão temporária de participação em licitação e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

21.5 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

21.6 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22 - DA RESCISÃO

22.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

22.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas na Lei nº. 8.666/1993 constituem motivos para a cancelamento da nota de empenho:

22.2.1. Atraso injustificado da entrega dos itens sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

22.2.2. O cometimento reiterado de falhas e defeitos dos itens, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

23 - DO FORO

23.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente.

Nova Friburgo, 10 de maio de 2023

Érica Ribeiro de Freitas Borges
Secretaria de Saúde
Mat. 115.268

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137